APRESENTAÇÃO: POÉTICAS E POLÍTICAS NEGATIVAS MAIS AO SUL

André Cabral de Almeida Cardoso (UFF)
andrecac@id.uff.br
https://orcid.org/0000-0002-5596-2157

Claudio Vescia Zanini (UFRGS)
claudio.zanini@ufrgs.br
https://orcid.org/0000-0003-3688-324X

Marina Pereira Penteado (FURG)
marinapereira@furg.br
https://orcid.org/0000-0001-6325-548X

Heather J. Hicks (2016) abre seu livro sobre o romance pós-apocalíptico do século XXI chamando atenção para a frequência com que as obras sobre as quais se debruça em sua análise, como *Oryx and Crake* (2003), de Margaret Atwood, *Cloud Atlas* (2004), de David Mitchell, *The Road* (2006) de Cormac McCarthy, *The Stone Gods* (2007), de Jeanette Winterson, e *Zone One* (2011), de Colson Whitehead, fazem referências explícitas a um dos textos fundadores do romance moderno inglês, então prestes a completar 300 anos de publicação: o *Robinson Crusoé* (1719), de Daniel Defoe. A questão, para Hicks, era entender por que a história de um único náufrago acabou se tornando a história de um mundo naufragado. A resposta estaria no papel de Crusoé como uma espécie de avatar da modernidade. De fato, a narrativa de Defoe apresenta quase todos os elementos de um romance pós-apocalíptico típico: o herói privado dos confortos e da proteção da sociedade moderna, forçado a encarar os desafios de um mundo hostil contando basicamente com suas próprias habilidades, a necessidade de recolher e empregar da melhor forma possível os objetos que encontra em seu caminho e que são resquícios de uma ordem sociopolítica (e tecnocientífica) perdida, a tentativa de dominar um território selvagem de modo a torná-lo novamente civilizado.

Se, como propõe Hicks, localizarmos um ponto de origem para a ficção pós-apocalíptica em um dos textos fundadores da imaginação moderna, isso reforça a ideia, defendida pela pesquisadora, de que esse tipo de ficção interroga a categoria de modernidade. Por um lado, isso implica dizer que as narrativas pós-apocalípticas sempre ensaiaram a derrocada da

DOI: 10.22456/2238-8915.150562

modernidade, como observa Hicks. Por outro, ao reencenarem a aventura de Crusoé em sua ilha, não deixam de reafirmar alguns dos mitos ou pressupostos dessa mesma modernidade ocidental: o individualismo triunfante, o valor do trabalho, a lógica da produtividade e do acúmulo de bens, a centralidade da razão e o domínio sobre a natureza. Se, como coloca Hicks, o dilema dos protagonistas dos romances pós-apocalípticos anglófonos que são o objeto de seu estudo é escolher entre restaurar de fato a modernidade destruída depois da catástrofe ou declarar que a modernidade não merece ser resgatada e partir para algum tipo de arranjo completamente diferente, cabe indagar que modernidade seria essa e a que interesses ela atenderia.

É também pelo viés da modernidade que Claire P. Curtis (2010) aborda a ficção pós-apocalíptica contemporânea de língua inglesa. Para Curtis, ao representar uma catástrofe que desmantela o governo, a estrutura de distribuição de alimentos, as redes de comunicação e todo tipo de infraestrutura que garante o funcionamento da sociedade, esse tipo de ficção reencena o estado de natureza que antecede o estabelecimento do contrato social. As narrativas do fim, portanto, seriam uma espécie de experimento de pensamento com o objetivo de reimaginar as condições que levariam à fundação de um novo contrato social e o tipo de sociedade que este inauguraria. Para Curtis, elas refletiriam a preocupação da filosofia política com a questão da legitimidade do poder e com a criação de comunidades fundamentadas no consenso.

A tradição hegemônica da ficção apocalíptica – predominantemente anglófona, extremamente popular e presente nos mais diversos meios, desde a literatura, até o cinema, as séries de streaming e os videogames –, portanto, está profundamente enraizada na modernidade europeia, a qual questiona criticamente ao mesmo tempo em que reafirma vários de seus princípios mais fundamentais, a qual destrói repetidas vezes apenas para reconstruí-la através dos esquemas herdados do primeiros pensadores do Estado-nação.

Mas o que dizer de narrativas que, mesmo mantendo um diálogo constante com essa tradição, são produzidas fora dos centros hegemônicos, em territórios onde a modernidade (seja qual for a compreensão que possamos ter desse termo) foi uma imposição? A narrativa do triunfo do indivíduo heroico sobre o meio, herdada do modelo de *Robinson Crusoé*, permanece plausível na ficção apocalíptica produzida no Sul Global? A imagem do contrato social mantém a mesma centralidade em sociedades moldadas, em grande parte, através de violentos processos de colonização? Essas questões parecem especialmente prementes no caso das sociedades latino-americanas, todas elas formadas como resultado de gigantescos genocídios que se

DOI: 10.22456/2238-8915.150562

perpetuam até o presente, todas elas construídas sobre as ruínas de modos de vida devastados pela conquista europeia e, portanto, todas elas sociedades pós-apocalípticas ao pé da letra.

Se, como argumenta Diletta de Cristofaro (2020), as ficções apocalípticas estão relacionadas à organização do tempo histórico, cabe indagar que tipo de temporalidade está em jogo em narrativas produzidas mais ao sul. De que forma, por exemplo, o passado histórico se faz sentir em sociedades em que processos coloniais se perpetuam até o presente? Até que ponto a ruptura imaginária do apocalipse abre as portas, pelo menos no plano da ficção, para a elaboração de novos futuros ou simplesmente põe à mostra de forma mais marcante contradições que se reproduzem desde muitos séculos? E se, como argumentam Walter Mignolo e Catherine Walsh (2018), a própria noção de modernidade é indissociável da colonialidade, assim como a identidade europeia se constitui através da negação daquilo que não é europeu e do estabelecimento de binarismos excludentes, de que forma as narrativas do fim criadas fora dos centros hegemônicos, a partir de uma posição de alteridade e marginalidade, reagem ao projeto da modernidade a fim de construir uma identidade própria? Ao tomar como seu elemento central a figura da dissolução, as narrativas do fim necessariamente põem em questão a integridade de territórios e do próprio desenrolar do tempo. Quais as perspectivas que narrativas oriundas do Sul Global têm a oferecer sobre sua posição no mundo, sobre sua vivência do passado e sobre seus anseios para o futuro?

Partindo de uma discussão sobre os desafios que as tragédias ambientais - como as enchentes de maio de 2024 - representam para a nossa capacidade de narrar, propusemos neste dossiê uma chamada que buscava contribuições que investigassem como a literatura e a arte latino-americana enfrentavam os desafios do Antropoceno, principalmente no que dizia respeito ao papel do horror e do imaginário do fim como formas de construção de sentido. Frente ao choque da experiência do desastre, que muitas vezes nos deixa sem palavras para elaborar o trauma, e somado à sensação de um "horror gótico" (Galera, 2024) frente a tais catástrofes, é necessário reorganizar a nossa própria forma de narrar. Algo que os artigos selecionados para esse número fazem com muita competência.

Se a retórica do gótico ressurge periodicamente como forma de lidarmos com as ansiedades geradas por crises sociais e epistemológicas (Hurley, 2004), não seria de se estranhar que ela adentrasse o próprio discurso do Antropoceno. Desde as figuras de monstros e fantasmas propostas por Anna Tsing, Nils Bubandt, Elaine Gan e Heather Swanson, em *Arts of Living on a Damaged Planet* (2017), nas paisagens assombradas pelas violências da

DOI: 10.22456/2238-8915.150562

modernidade, bem como nas simbioses e possibilidades de coexistência intra e interespécies, até mesmo na retórica de monstruosidade utilizada por Isabelle Stengers (2015) para descrever a "Intrusão de Gaia", o clima de "horror gótico" parece estar indissociável dos nossos tempos. Na busca por uma análise da elaboração estética da crise ambiental, procuramos organizar neste dossiê artigos de pesquisadores das mais diversas instituições do país a fim de esboçar alguns possíveis desdobramentos políticos e socioculturais para a elaboração dessa estética.

Desta forma, organizamos o número começando pelo texto de Luiz Guilherme Fonseca, "Notas sobre a emergência do espaço na ficção brasileira contemporânea", no qual o autor vai defender o Antropoceno como uma época geológica marcada pela emergência do espaço, tanto como um surgimento monstruoso (a "intrusão de Gaia", de Stengers) ou "Planetário" (Chakrabarty, 2020), como também a partir de um aceno ao "retorno ao terrestre" (Dünne, 2022). Tese que irá desenvolver ao analisar obras de Daniel Galera, Carola Saavedra, Joca Reiners Terron e Veronica Stigger.

Dando sequência à reflexão sobre a literatura brasileira, o artigo "Ecogótico e eco-horror na literatura brasileira", de Júlio França e Oscar Nestarez, busca explorar as relações entre civilização e Natureza na ficção gótica e de horror, traçando o que se definiu como "ecogótico" e o que posteriormente veio a ser conhecido por "eco-horror" na literatura brasileira. Para tanto, os autores irão recorrer às obras de Afonso Celso, Florence Bernard e Marcelo Ferroni, Samir Machado de Machado, Luisa Geisler e Natalia Borges Polesso.

"Antropoceno e transcorporalidade em *Parásitos Perfectos*, de Luis Carlos Barragán Castro", de Antonio Barros de Brito Junior e Camila Nascimento Cardozo, por sua vez, analisa as ambivalências do Antropoceno a partir de uma análise do livro de contos *Parásitos Perfectos* (2024), de Luis Carlos Barragán. Os autores irão defender que o Antropoceno carrega consigo ambiguidades relacionadas à agência humana, estabelecendo um diálogo com o conceito de transcorporalidade da forma como desenvolvido por Stacy Alaimo (2010). Tal conceito, que designa as relações entre corpo humano e matéria circundante, surge com a finalidade de observar como os contos de Luis Carlos Barragán Castro apresentam traços da transcorporalidade e do chamado "realismo agencial" (Barad, 2007) que os retiram de uma imobilidade que marca o nosso momento de crise climática.

Já no artigo de Ernani Silverio Hermes e Giana Antunes Bess, "Uma história começa em qualquer lugar: corpo, território e tragédias ambientais em *Maria Altamira*, de Maria José Silveira", partimos para uma discussão sobre a literatura como performance, corpo, território e

DOI: 10.22456/2238-8915.150562

as tragédias ambientais percebidas como materialidades de sentido, que são perpassadas por relações de poder que atravessam a modernidade. A "malha histórica" do Antropoceno estaria emaranhada no texto de Maria José Silveira, que promoveria um "imbricamento entre corpo, território e literatura como reveladora e questionadora de sentidos do antropoceno na tessitura literária". Trata-se de problematizar a "narrativa moderno-colonial" através de uma tomada de posição que "desierarquiza posicionamentos sociais, resiste à dominação, questiona o progresso e é enunciado a partir do sul global". No constante entretecer promovido por *Maria Altamira*, as cicatrizes no corpo da protagonista se tornam, metonimicamente, imagens das cicatrizes do próprio território latino-americano, constituído por relações de poder desiguais calcadas na colonialidade.

Em "Ultimaesperanza: arte de território e fronteira extrativista na Patagônia", de Claudete Daflon, seguimos a discussão sobre territórios com uma investigação sobre o Projeto Popper, um trabalho do coletivo de Sandra Ulloa e Nataniel Alvarez, chamado de *ultimaesperanza*. Daflon analisa como a arte das regiões sujeitas ao extrativismo, como a Patagônia, produz experimentações que indicam alternativas à violência instauradas nesses territórios e às suas populações, construindo um importante exame e revisão de dicotomias típicas das mentalidades coloniais e modernas.

É também na inter-relação entre estética e política que se pauta "Das *ruínas* da mineração às paisagens *arruinadas* no cinema de ficção científica: um percurso de memórias, imagens e especulações", de Gabriela Scotto. Com base na experiência concreta da exibição de curtas pós-apocalípticos para alunos do Ensino Médio, Scotto discute o cinema – e particularmente o cinema de ficção científica – como um "dispositivo narrativo e imagético acionador da crítica e da imaginação política". Nesse breve estudo de caso, Scotto explica como, tendo como base sua experiência de pesquisa a respeito dos impactos ambientais da mineração, empregou o cinema para discutir de forma crítica com seu público os efeitos de empreendimentos que influenciavam diretamente a sua vivência. Desse modo, o Cineclube Socioambiental Campos surgiu como "um espaço político e educacional que estimula a reflexão e o debate [...], sensível às relações das sociedades com a natureza em volta" e preocupado em promover a participação democrática. Como fruto das discussões promovidas no âmbito do cineclube, Scotto defende a ficção científica como meio privilegiado de pensar mundos híbridos que derrubam a compartimentação rígida entre natureza e cultura, humano e não humano, que é um dos gestos fundadores da modernidade.

DOI: 10.22456/2238-8915.150562

Em “Anti-heroínas profetisas das distopias pós-apocalípticas do sul global: as revelações das protagonistas de ‘Bugônia’, de Daniel Galera, e *Las indingas*, de Agustina Bazterrica”, Luiz Felipe Voss Spinelli propõe a inclusão das narrativas pós-apocalípticas no gênero distópico, reavaliando a tradição dos estudos da distopia a partir da perspectiva do Sul Global. Para Spinelli, as narrativas produzidas no Sul Global “desafiam a visão eurocêntrica do apocalipse como um evento futuro, evidenciando-o como processo já em curso”, mostrando o apocalipse, portanto, como consequência de estruturas distópicas já em operação. Com base nessa mudança de foco de implicações teóricas e políticas, Spinelli parte para a análise das protagonistas da novela “Bugônia”, de Daniel Galera, e do romance *Las indignas*, de Agustina Bazterrica, como profetisas do apocalipse que agem como “mediadoras entre passado e futuro, estabelecendo pactos com a natureza e formas de vida à margem da experiência humana, formando alianças”. Desse modo, elas iriam além testemunhar e atestar os horrores do colapso, “esboçando possibilidades de transformação e desafiando a visão tradicionalmente fatalista das distopias clássicas”.

É também na chave da desconstrução de expectativas e de convenções narrativas que se apoia a análise de Jade Arbo em “Preso no torvelinho do presente: a forma narrativa do colapso em *O riso dos ratos*, de Joca Reiners Terron”. Partindo de uma revisão da teoria aristotélica da mimese como forma de elaborar uma representação verossímil da realidade, Arbo argumenta que a narrativa de Terron, ao se centrar na inação e rejeitar a estrutura de um todo fechado, assim como a relação causal entre seus diversos episódios, fere todos os princípios aristotélicos sem, por isso, abrir mão de uma relação com o real. Trata-se, porém, de uma relação distinta daquela do realismo tradicional, em que a fragmentação e a ausência de um princípio orientador do relato buscaria expressar a experiência contemporânea do desastre. *O riso dos ratos*, assim, assumiria um “realismo estranho capaz de lidar com a realidade estranha – difusa, linear, quimérica – que compartilhamos na contemporaneidade” – ou seja, a necessidade de representar o real tal como ele se nos apresenta num contexto de crises que se multiplicam tem repercussões diretas nas formas que podem assumir as nossas narrativas.

No artigo em “Literaturas, artes e ciências afropindorâmicas: traumas e rupturas cosmológicas no Antropoceno”, Alan Alves-Britto busca nas artes, na literatura e nas ciências negras e indígenas traumas e inovações cosmológicas como forma de indicar como os conhecimentos amefricanos encontram desafios inúmeros de representação no Antropoceno,

DOI: 10.22456/2238-8915.150562

mas ao mesmo tempo também nos indicam novos imaginários e formas e possibilidades de viver em um mundo em crise.

E para encerrar o dossiê, o artigo de João Gabriel Moreno Maracaipe e Rejane de Souza Ferreira, intitulado "A responsabilidade do arconte e a representação do Antropoceno no romance pós-apocalíptico Oryx e Crake, de Margaret Atwood", apresenta uma análise sobre o papel do personagem Homem das Neves, no romance *Oryx e Crake*, como um arconte que se apresenta como o guardião da memória da humanidade que foi extinta. Tal proposta é desenvolvida a partir de discussões teóricas de Sonia Torres, Michel Foucault, Roland Barthes, Silvio Negri e Tereza Caldeira, a fim de observar como esse personagem manipula sua posição como arconte e, ao mesmo tempo que ressignifica a memória e o poder das narrativas, também indica a fragilidade dos humanos frente às crise do Antropoceno.

REFERÊNCIAS:

CRISTOFARO, Diletta De. *The Contemporary Post-Apocalyptic Novel*: Critical Temporalities and the End Times. Londres; Nova York: Bloomsbury Academic, 2020.

CURTIS, Claire P. *Postapocalyptic Fiction and the Social Contract*: We'll Not Go Home Again. Lanham (MD); Plymouth (UK): Lexington, 2010.

GALERA, Daniel. O desastre e as palavras. *In: Quatro cinco um*. Edição 83, julho de 2024.

HICKS, Heather J. *The Post-Apocalyptic Novel in the Twenty-First Century*: *Modernity beyond Salvage*. Basingstoke (UK): Palgrave Macmillan, 2016.

HURLEY, Kelley. *The Gothic Body*: Sexuality, Materialism, and Degeneration at the Fin de Siecle.

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. The Invention of the Human and the Three Pillars of the Colonial Matrix of Power: Racism, Sexism, and Nature. In: *MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis. Durham*; London: Duke University Press, 2018. p. 153-176.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes*. São Paulo: Ubu, 2015.

TSING; A.; BUDANDT, N.; GAN, E.; SWANSON, H. *Arts of Living on a Damaged Planet*: Ghosts and Monsters of the Anthropocene. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

DOI: 10.22456/2238-8915.150562